



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PORTARIA-TJ - 18842020
Código de validação: 00BCB1B08A

A Excelentíssima Juíza de Direito GLÁUCIA HELEN MAIA DE ALMEIDA, Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Bacabal, com atribuições na Execução Penal, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a declaração pública de situação de pandemia em relação ao coronavírus (COVID-19) pela Organização Mundial da Saúde – OMS em 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO o teor da Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, editada pelo Ministério da Saúde, que declarou, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de dar efetividade às medidas de saúde para resposta à pandemia do coronavírus (COVID-19)

CONSIDERANDO que o Estado do Maranhão também já apresenta casos de COVID 19, que levaram Judiciário e Executivo à adoção de diversas medidas em busca da contenção da doença;

CONSIDERANDO que, em virtude da pandemia, o Conselho Nacional de Justiça editou a Recomendação nº 62, de 17.03.2020, a qual, em seu art. 5º, III, recomenda aos juízes com competência para a execução penal a concessão de prisão domiciliar em relação a todos as pessoas presas em cumprimento de pena em regime aberto e semiaberto, mediante condições;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação nº 01, de 20 de março de 2020, editada pela Coordenadoria de Monitoração, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em especial o disposto no artigo 2º, §1º do referido documento;





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

CONSIDERANDO a necessidade de dar efetividade as recomendações editadas pelo Conselho Nacional de Justiça (Recomendação nº 62, de 17.03.2020) e pela Coordenadoria de Monitoração, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (Recomendação nº 01, de 20 de março de 2020);

CONSIDERANDO as últimas diretrizes contidas na Resolução 314, de 20 de abril de 2020, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, bem como o disposto na Portaria-Conjunta 292020 do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;

RESOLVE:

Art. 1º **PRORROGAR A SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES DE HUMANIZAÇÃO**, remição por leitura fora da carceragem, bem como as atividades de laboraterapia que são desenvolvidas nas dependências da Unidade Prisional de Ressocialização de Bacabal e na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, mantendo-se apenas o banho de sol, atendimento médico e psicológico, **até o dia 30 de junho de 2020**, consoante razões esposadas acima.

A deliberação constante nesta portaria foi tomada, em comum acordo, em reunião realizada com o Promotor de Justiça Respondendo pela Segunda Promotoria de Justiça de Bacabal e Execução Penal, Dr. Thiago Cândido Ribeiro.

Comunique-se esta determinação, encaminhando cópia da Portaria, ao Conselho Nacional de Justiça, à Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, à Corregedoria Geral da Justiça, à Coordenadoria de Monitoração, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, à Procuradoria Geral de Justiça, à Defensoria Pública Geral e à Presidência da OAB/MA.





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se.

Bacabal, data da assinatura eletrônica.

GLÁUCIA HELEN MAIA DE ALMEIDA
Juiz - Intermediaria
2ª Vara Criminal da Comarca de Bacabal
Matrícula 97410

Documento assinado. BACABAL, 26/05/2020 19:39 (GLÁUCIA HELEN MAIA DE ALMEIDA)

